

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Motta, Lula e Alcolumbre voltarão a se entender?

E se reduzir os impostos e não taxar os ricos?

A pesquisa Quaest com os deputados aponta para uma hipótese complicada. Segundo o levantamento com os parlamentares, eles são a favor de aprovar o projeto do governo que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil. Mas não são a favor da contrapartida proposta, que é aumentar a taxa sobre as pessoas mais ricas. O problema dessa hipóte-

se é que ela aumentará o rombo fiscal com o qual o governo já lida com dificuldade. A discussão que acontece agora no governo passa por esse ponto. Se assim acontecer, o risco à responsabilidade fiscal recairá sobre o governo ou sobre o Congresso? Há quem avalie que, nessa situação, o Congresso não terá como passar a conta para o governo. Será responsabilizado.

Legal

Do ponto de vista legal, porque, ao derrubar a contrapartida imaginada pelo governo, o Congresso é que terá de arranjar uma outra. E a avaliação é que, aí, poderá ser possível para a equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva transferir o peso agora só recai sobre ela.

Político

Porque aí, avalia-se, entrará o desgaste político. A semana mostrou um primeiro momento no qual o governo ganhou o debate nas redes sociais. Está transferindo ao Congresso a pecha de que defende os mais ricos. O que o Congresso fizer poderá reforçar isso.

Reprodução/vídeo



Estratégias usadas nas redes teve resultado

Cortar nos programas sociais vai para a conta do Congresso

Hashtags como “Congresso da Mamata”, “Agora é a Vez do Povo” e “Hugo Motta Traidor” alcançaram os trend tops no X, o antigo twitter, com cerca de quatro milhões de visualizações durante a semana. Após uma reunião da Secretaria de Comunicação da Presidência com influenciadores digitais, a avaliação é de que o go-

verno conseguiu inverter o debate. Saiu das cordas e agora colocou nelas o Congresso. O governo sabe que haverá reações. Avalia, como disse ontem o Correio Político, que a pauta do Congresso trave. Mas pensa que colocou o Parlamento em xeque: dependendo de como agir, reforçará o discurso contra eles.

Inflexão

Há, então, quem ali no Planalto já avalie que pode ter havido uma inflexão na relação do Executivo com o Legislativo. Até, então, diante de um Congresso de maioria de direita com quem tinha de negociar, o governo se via refém. Pode agora ter visto uma nova forma.

Exagero

Ao montarem a toque de caixa a estratégia que derrotou o governo, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), teriam exagerado na dose. Avançaram demais na ideia de teriam definitivamente o governo na mão.

Acuado

A avaliação é que a derrota na questão do IOF deixou o governo acuado. E quem está acuado só tem como opção reagir ou ser devorado. O governo do presidente Lula reagiu para não ser devorado pelo Congresso. E a estratégia de reação, ao final, funcionou.

Votos

Se é verdade que o Congresso nos últimos anos o tornam bem menos dependente do Executivo, especialmente na questão orçamentária, um dado parece ter sido esquecido na estratégia de empregar Lula: quem tem mais de 60 milhões de votos é ele. E só ele.

Lula poderá vetar aumento do número de deputados

Outra possibilidade é simplesmente não se manifestar

Por Karoline Cavalcante

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda avalia qual posição adotará em relação ao Projeto de Lei (PL) que aumenta de 513 para 531 o número de deputados federais — texto aprovado pelo Congresso Nacional no mesmo dia em que foi derrubado o decreto presidencial que aumentava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e outros tributos. O prazo para que o chefe do Executivo se manifeste vai até o dia 16 de julho, mas, até o momento, a possibilidade de sanção é considerada remota. Segundo a Folha de S.Paulo, duas alternativas principais estão em análise: a de simplesmente não se manifestar sobre o texto — o que levaria o Legislativo a promulgá-lo diretamente — ou a de vetar o projeto.

O debate sobre o PL ocorre em meio a um cenário de tensão entre os poderes, especialmente após a derrota política sofrida pelo governo no último dia 25 de junho, quando o Congresso aprovou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que anulou o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), proposto pela equipe econômica. Como reação, a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou, na terça-feira (1º), uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar restabelecer os efeitos do decreto presidencial.

Apesar disso, há um entendimento no governo de que qual-



Lula Marques/ Agência Brasil

Senado aprovou aumento de deputados no mesmo dia da derrubada do IOF

quer nova medida precisa ser cuidadosamente tomada, a fim de evitar o agravamento da crise.

Situação delicada

Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político André Rosa avaliou os riscos envolvidos na eventual decisão de Lula. Para ele, vetar o projeto agora poderia representar um alto custo nas relações com o Congresso, ainda que o veto seja derrubado posteriormente.

“Então, já sabendo que é um projeto no qual um veto não se manteria, ele criaria ainda uma rota de colisão muito maior com o Parlamento. Por outro lado, se ele não vetar esse tipo de projeto, ele é alvo também de outras candidaturas que podem criticá-lo por não ter vetado uma matéria que

aumenta o número de deputados”, analisou Rosa.

Ele avalia, porém, que considerando a proximidade das eleições e o cenário de crise com o Legislativo, o chefe do Executivo enfrenta um dilema em que qualquer decisão tende a gerar perdas. De um lado, pode sofrer desgaste com a opinião pública; de outro, corre o risco de deteriorar ainda mais a relação com o parlamento, que é responsável por votar projetos importantes para o governo. Para Rosa, a saída menos desgastante seria negociar com os líderes partidários antes de oficializar qualquer alternativa.

“Nesse sentido é preciso fazer um cálculo político para saber quais seriam as menores perdas. No meu entendimento talvez o mais interessante a se

fazer seria conversar com as lideranças partidárias e dizer que vai vetar mas que na hora que for apreciado o veto em sessão do Congresso Nacional que o Executivo não vai orientar, não vai liberar a bancada. Talvez o estrago fosse menor nesse sentido”, completou.

Pesquisas

A nova estratégia de comunicação do governo federal — que defende a taxa dos super ricos e responsabiliza o Congresso por barrar medidas de justiça tributária — já começa a mostrar resultados nas redes sociais. Segundo levantamento divulgado nesta quinta-feira (3) pelo Instituto Nexus, termos ligados a essa pauta dominaram os Trending Topics Brasil.

Lira: STF não tem legitimidade para decidir orçamento

Lula Marques/ Agência Brasil



Lira: STF adentra atribuições dos demais poderes

O deputado federal Arthur Lira (PP-AL) questionou a legitimidade do Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir questões orçamentárias durante participação no painel sobre “controle de constitucionalidade e separação de poderes” no Fórum de Lisboa, conhecido como “Gilmarpalooza”, nesta quinta-feira (3).

Para o deputado, o Brasil “vive uma tensão como poucas vezes se viu na nossa história”, passando por um “desafio da legitimidade democrática” no que toca à atuação do Judiciário nas questões do orçamento.

A declaração ocorre no momento em que o governo Lula (PT) enviou ao STF ação para reativar decreto sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) derrubado pelo Congresso e em meio a tensões do Legislativo com a corte em razão de decisões sobre emendas parlamentares.

“Os juízes, com todo o respeito, gozam quase que de vitaliciedade, não concorrem às eleições, não estão à disposição das urnas de quatro em quatro anos. Não detêm o mandato popular que legitima as decisões sobre alocações de recursos”, afirmou Lira em Lisboa.

“Quando o poder Judiciário passa a determinar, acompanhar execução orçamentária de políticas públicas, inevitavelmente adentra nos domínios reservados ao Executivo e ao Legislativo”, disse Lira.

O parlamentar afirmou que dúvidas sobre a capacidade técnica do Judiciário de atuar nes-

tas matérias são válidas, já que é preciso distinguir o que é de interesse da população.

“Nosso orçamento não cabe tudo e cabe a quem foi eleito distinguir, escolher. Porque, se escolher errado, a população o afasta, tira das urnas. O que fazer se, com todo o respeito, o Supremo Tribunal Federal prioriza tema A, B ou C ou D? Um juiz, um desembargador, não é eleito na urna”.

Lira lembrou a época em que presidiu a Câmara, quando uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para barrar decisões monocráticas do Judiciário tramitou. Segundo ele, o texto não avançou porque “aquele debate não estava maduro, estava sendo posto de maneira polarizada, não ia

acrescentar nada”.

Ainda assim, ele disse considerar não ser justo que uma decisão que recebeu centenas de votos na Câmara ou dezenas no Senado seja derrubada por uma decisão judicial, muitas vezes monocrática.

O deputado encerrou dizendo que o Congresso também precisa “de uma reforma política ampla” e que é preciso diálogo entre os três poderes. “A solução para todas essas discussões de ações estruturais tem que passar por diálogos prévios de muita discussão para que, quando colocadas em prática, tenham o aplauso e o reconhecimento de todos”.

Mendonça

Com a ação no STF contra o ex-presidente Jair Bolsonaro

e outros réus da trama golpista na reta final, o ministro André Mendonça declarou que o Supremo deve “repensar” a sua competência para “processar e julgar crimes”.

Segundo ele, o objetivo é garantir que o tribunal cumpra o seu papel “mais essencial” que é o de “ser a Corte da garantia dos direitos fundamentais”.

Mendonça afirmou que o Judiciário precisa ainda de “uma reflexão sobre as causas do excesso de judicialização” e “uma reflexão mais profunda sobre o rol de legitimados para propor uma ação no Supremo Tribunal Federal”.

Para o ministro, “é possível” que “uma crise esteja estabelecida entre os poderes”, mas acredita que mais preocupante é uma crise “perante a sociedade”.

“As pesquisas de opinião indicam que há um descrédito da sociedade brasileira em relação às instituições, nós podemos nos fazer de surdos para isso ou fazer uma auto-crítica e tentar melhorar para o futuro, esse é o papel da democracia”, afirmou.

No mesmo evento, Mendonça defendeu uma reforma administrativa no Judiciário que “enquadre as questões remuneratórias”.

“Magistrados têm que ganhar bem, agentes do Estado têm que ganhar de forma adequada, porém respeitados os parâmetros estabelecidos pelo Congresso Nacional”, destacou André Mendonça.

Caroline Ribeiro (Folhapress)